



Declaração do PCP

Agravamento das Restrições à Circulação nas Zonas de Emissões Reduzidas

Ataque à mobilidade da população de Lisboa

A Polícia Municipal de Lisboa começa hoje a aplicar coimas aos automobilistas que transgridam Zonas de Emissões Reduzidas (ZER). Existem, desde o dia 1 de Abril, novas restrições à circulação de veículos anteriores a 1992 na cidade.

Desde o início deste processo, o PCP alertou para as dificuldades que o estabelecimento das ZER desligado de uma política geral de mobilidade e transportes em Lisboa poderia gerar, tendo votado contra a proposta em sede de Câmara Municipal.

A criação e expansão das ZER na Cidade de Lisboa visava, supostamente, apenas dar resposta às questões levantadas pelo processo interposto pela União Europeia contra o Estado Português, face ao incumprimento das normas de qualidade do ar. A medida cria a interdição do acesso a determinadas zonas de viaturas cujos motores não cumpram a norma EURO de emissões de poluentes.

O PCP considera que se optou pelo combate expedito do problema específico do cumprimento de normas feito, contudo, à custa de impossibilitar o acesso aos seus destinos de muitos cidadãos e empresas, cujos veículos ou frotas são anteriores a 1992 ou 1996. Não foi criada qualquer alternativa com reforço de oferta de transporte público nas zonas ou a criação de sistemas de distribuição.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Direcção da Organização da Cidade de Lisboa



O PCP considera que em vez de se optar pela consolidação do sistema de transportes públicos, se prefere claramente empurrar a população e as micro e pequenas empresas para a aquisição de novas viaturas. Esta situação é particularmente chocante do ponto de vista social, especialmente no período que atravessamos.

Assim, esta é mais uma medida que condiciona a mobilidade em geral e o acesso ao centro da cidade com base na capacidade económica dos cidadãos, situação que já era grave devido às altas taxas de estacionamento e ao ataque brutal que está em curso aos transportes públicos através do aumento de tarifas, de cortes no passe social e de supressões, encurtamentos e diminuição de horários dos vários meios de transporte.

O PCP defende que os princípios da sustentabilidade implicam que nem a mobilidade nem a acessibilidade possam ser prejudicadas pelo combate às fontes de poluição.

O PCP defende que é necessário o investimento e consolidação do sistema de transportes públicos como forma socialmente aceitável de combate aos problemas de poluição.

A Direcção da Organização da Cidade de Lisboa do PCP